

## **Direitos Humanos e extensão universitária: relato de experiência de um projeto em desenvolvimento.**

**Gyovanna Regina Reis Lemos**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus*  
Capivari  
gyolemos@gmail.com

**Grazielle Nayara Felício Silva**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus*  
Capivari  
graziellefelicio@yahoo.com.br

### **Resumo**

A educação, em uma perspectiva de formação de uma cultura em Direitos Humanos, é um dos caminhos para a transformação social, uma vez que cotidianamente são reproduzidos estereótipos em relação ao papel deste. Desta forma, partindo do pressuposto de que romper com estes estereótipos é um grande desafio no Brasil, o projeto de extensão Concretude: Direitos Humanos, Capivari e o IFSP, uma ação sócio pedagógica, é desenvolvido com os objetivos de formar cidadãos com senso crítico afim de dialogar sobre questões sociais, formalizando a escola como espaço de socialização da cultura e tolerância à diversidade e, também, desenvolver ações participativas coletivas. Além disso, entende-se que é de fundamental importância promover a educação em Direitos Humanos, enquanto instrumento necessário para conhecimento e importância na garantia dos próprios direitos dentro da escola. Dessa forma, a escola deve ser vista como espaço de troca, de experiência, e enquanto instituição ética, o principal espaço de formação pessoal.

**Palavras chave:** Direitos Humanos; Diversidade; Escola; Formação dos sujeitos.

## Introdução

O projeto Concretude: Direitos Humanos, Capivari e o IFSP é uma ação sócio pedagógica desenvolvida pelo serviço social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus* IFSP. É contemplado por edital interno de projetos de extensão e possui bolsa de extensão remunerada para o seu desenvolvimento.

A visão principal do projeto é desenvolver ações participativas do público interno e externo quanto ao conhecimento em Direitos Humanos, de tal maneira que os discentes envolvidos possam exercer ações sociais, produzirem autoconhecimento e uma visão crítica acerca de assuntos da própria sociedade.

Além disso, o projeto exerce a função de introduzir os Direitos Humanos dentro de um ambiente escolar, proporcionando aos discentes envolvidos expandir seus conhecimentos, indo além do senso comum. O projeto está em desenvolvimento na instituição de ensino.

### A escola: um espaço de socialização e construção da cultura

Todo sujeito vive marcado por transformações durante a sua existência humana, tanto na formação pessoal, quanto na formação cultural, formada a partir de valores, ideias, posicionamentos e opiniões divergentes. Dependendo do seu contexto histórico, do ambiente no qual está vivenciando, o sujeito possui uma bagagem de valores e posições a serem impostas e diálogos de promessa social. Além dos aspectos de vivência, o ambiente escolar é de suma importância e fundamental para a constituição do sujeito, desde a sua formação inicial até a complementação quanto adulto.

A escola tem como função social afirmar os conhecimentos historicamente elaborados por uma determinada sociedade. É importante que a educação afirmada seja tal que não discrimina, contudo, promova o diálogo sobre questões sociais visando o respeito, a auto criticidade, tolerância e interação entre diferentes culturas (DIAS, 2015).

A educação, de um modo geral, visa oferecer condições de acesso e de ampliação de cidadania mediante práticas educativas de sistematização dos conhecimentos socialmente acumulados pela humanidade. Tais práticas são formalizadas no âmbito da escola cuja função primordial é a construção de conhecimentos gerais que permitam aos educandos apropriarem-se dos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade (SILVEIRA, NADER & DIAS, 2007)

Assim sendo, é de suma importância incluir a educação em Direitos Humanos<sup>1</sup> em práticas

---

<sup>1</sup> “A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos.” (BENEVIDES, 2011).

participativas do corpo docente e discente em uma instituição de ensino, de modo a complementar a construção cultural do sujeito. Desse modo, a instituição estimula o diálogo em segmentos sociais em situação de exclusão social e violação dos direitos, tendo em vista que a formação crítica e ética abrange uma profunda transformação diante de um cidadão com práticas e conhecimentos desenvolvidos pelo senso comum, até o viés de um cidadão que esteja ciente quanto a sua responsabilidade social na sociedade em que participa.

### **O conhecimento em Direitos Humanos como forma de agregar respeito e tolerância à diversidade dentro de uma instituição de ensino**

O projeto de extensão Concretude: Direitos Humanos, Capivari e o IFSP, por meio de seus objetivos, implementou um espaço de concepção sobre a diversidade vivenciada diariamente dentro da instituição local. A fim de promover a integração e não exclusão social por diferenciação de valores, e sim, praticar a tolerância, respeito e inclusão social, envolveu estudantes a fortalecer a prática individual de pensamentos e ações através de uma pesquisa para identificar o quanto os mesmos conhecem e designam importância em conhecer os direitos que regem a sua própria existência. A pesquisa foi direcionada aos alunos de toda a instituição, podendo obter resultados de 89 estudantes, desde alunos do ensino médio integrado ao técnico, aos alunos do ensino superior, em distintas áreas de conhecimento.

Ao realizar a pesquisa aos alunos da instituição de ensino, primeiramente observa-se que, mesmo não sendo dialogado sobre Direitos Humanos dentro do próprio ambiente escolar – no qual a maioria estuda em período integral-, um pouco mais da metade conhece ou já ouviu falar sobre tal assunto. No entanto, um pouco menos da metade não conhece e nem ouviu falar sobre os direitos que lhe devem ser assegurados. Desta maneira, as percepções sobre a falta em conhecer os próprios direitos dão impacto à questão interrogatória de como garantir e assegurar os Direitos Humanos e os direitos internos da instituição, se não há conhecimento específico e nem prévio sobre tal assunto.

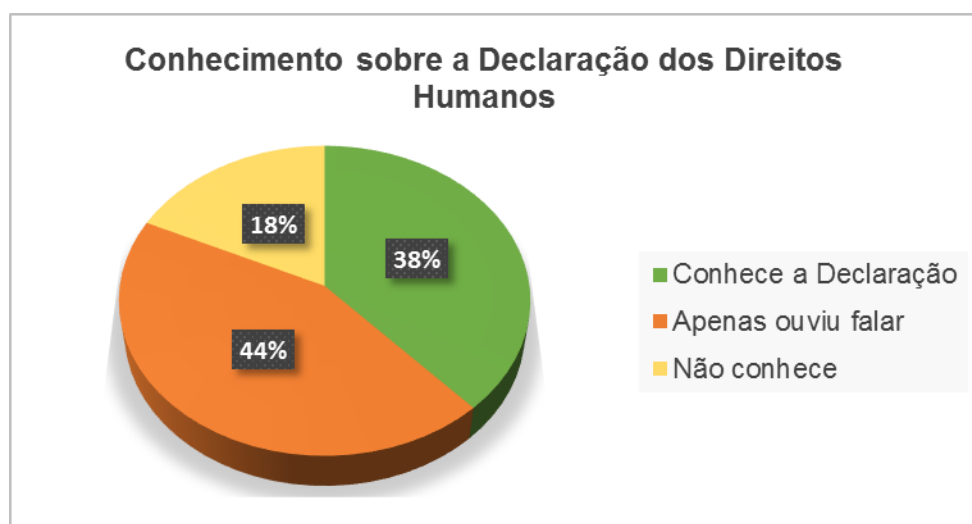


Gráfico 1: Resultado sobre o quanto os alunos conhecem os Direitos Humanos.  
Elaboração própria, 2015.

De tal forma e de maneira geral, compreende-se que os diálogos sobre assuntos sociais são dignos de respeito e importância dentro de uma instituição de ensino, para que de tal maneira possa haver além de uma formação profissional, possa existir também uma formação pessoal

como cidadão que privilegia o pensamento livre, que formule o juízo de valor, posicionando-se além do senso comum.

Já que a escola é um espaço de convivência com a diversidade, de troca e socialização da cultura, é importante que exista também o enfoque de que o processo educativo está diretamente na formação e transformação do cidadão.

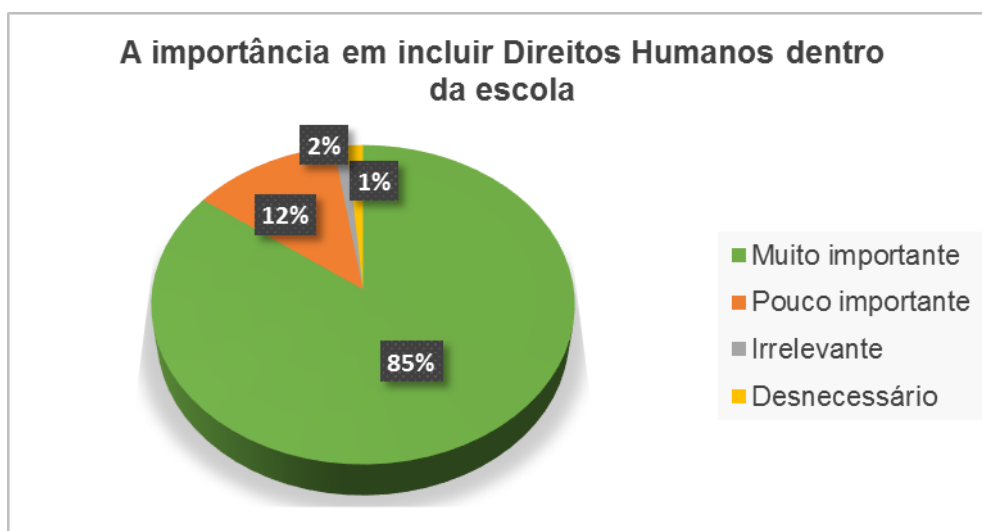


Gráfico 2: Visão dos alunos sobre a importância em incluir Direitos Humanos dentro do ambiente escolar. Elaboração própria, 2015.

A grande questão é que os próprios alunos acreditam que seja importante a inclusão dos Direitos Humanos dentro do ambiente escolar, de tais formas como conversas, palestras e debates que visem a ampliação do conhecimento e posteriormente a complementação do conhecimento.

Na direção da concepção apresentada, pode-se observar – durante a tabulação dos dados advindos da pesquisa – que a grande maioria dos participantes (85%) consideram de fundamental importância o debate sobre Direitos Humanos dentro do espaço escolar, de forma que possam, após conhecer, formalizar seus pensamentos sobre assuntos atuais de questão social.

Dessa maneira, a escola precisa construir espaços de diálogo e de participação no dia-a-dia de suas atividades curriculares e não-curriculares, de forma a permitir que estudantes, docentes e a comunidade se tornem atores e atrizes efetivos, de fato, da construção da cidadania participativa. Experiências como as das assembleias escolares, dos grêmios estudantis e dezenas de outros modelos de práticas de cidadania, que vêm sendo implementados em escolas públicas e privadas de todo o País, fornecem a matéria-prima para que, de forma democrática, os conflitos cotidianos sejam enfrentados nas escolas, permitindo a construção de valores de ética e de cidadania por parte dos membros da comunidade que vivem dentro e no entorno escolar. (ARAÚJO, 2007, pag. 14)

A inclusão de Direitos Humanos dentro e no entorno escolar, pode possuir o poder de modificação do sujeito, de forma que ao perceber e racionalizar profundamente a definição de

cada artigo regidos em mecanismos jurídicos, muda-se a percepção de mundo e diversidade que vivenciamos no próprio país. Para uma boa convivência, com instrumento principal o respeito e a tolerância quanto à diversidade, são necessários a ampliação crítica e formativa sobre a temática vigente.

A representação social dos Direitos Humanos na sociedade brasileira é uma herança histórica fortemente enraizada, com uma interpretação restrita. A escola pode vir a contribuir para a formação ativa, e para isso, a promoção dos Direitos Humanos, visando os artigos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devem ser inicialmente o caminho a ser seguido. A vivência dentro da cidade e da escola torna-se um espaço de multiplicação de conhecimento. É importante que seja trabalhado indiscutivelmente o impacto na formação do estudante, uma vez que os Direitos Humanos se designam para não converter diferenças em desigualdades, gerando um impacto social positivo que permite a diversidade e a garantia dos próprios direitos.

Nesta visão deve-se privilegiar a formação de um sujeito que pense livremente, que seja capaz de realizar projetos, capaz de posicionar-se, que não sejam futuramente adultos determinados pelo senso comum vigente ou pelos meios de comunicação (FREIRE, 2011).

A escola é um lugar de formação de sujeito, e, formar estudantes com valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura em Direitos Humanos, como a dignidade humana, liberdade, responsabilidade, igualdade, não discriminação, justiça e equidade é o principal objetivo das instituições de ensino.

## Considerações Finais

O projeto Concretude: Direitos Humanos, Capivari e o IFSP, no qual está em desenvolvimento, vem apresentando atividades que agreguem conhecimento aos discentes envolvidos. Durante a sua composição estrutural e atividades desenvolvidas, a participação dos alunos da instituição, tanto na aplicação da pesquisa, quanto em atividades internas como apresentação de curta-metragem direcionado ao assunto dos Direitos Humanos, torna-se de suma importância para o desenvolvimento e expansão do projeto.

O número significativo de alunos envolvidos no projeto apresenta uma direção a ser seguida, constituindo um grupo que procura ampliar constantemente e de modo geral os seus conhecimentos acerca da sociedade.

Já que o projeto está sendo desenvolvido, espera-se que ao fim os alunos participantes possam ter uma formação crítica ao serem direcionados a assuntos de questões sociais e morais, e ainda, que a educação em Direitos Humanos dentro de um ambiente escolar venha a ser naturalmente incorporada, agregando conhecimento e formação além da técnica, e sim, uma formação pessoal e cidadã.

## Agradecimentos e apoios

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus* Capivari pela formação profissional e pessoal que garante a todos os alunos e discentes presentes. Individualmente, agradeço a instituição por me proporcionar à alegria de fazer parte desta casa e além disso, do ânimo e alegria em representar o IFSP em vários momentos e vários lugares. Ao sócio pedagógico – Isabel Cristina Das Chagas Oliveira, Letícia Pedrosa e Talita Plantcoski Bulgraen-, pelo apoio em desenvolver o projeto, que me alegra a cada assunto posicionado e atividade realizada dentro do *campus*. Aos meus professores – Carolina

Corneta, Fabiana Bigaton, Karlan Riccomini, e todos os outros -, que além da formação profissional, contribuem para a minha formação pessoal e crítica. À minha orientadora, Grazielle Nayara, que me proporciona em liberdade desenvolver cada atividade, contribuindo para o andamento do projeto. Aos meus amigos, em especial aos momentos em que debatemos assuntos sociais e que agregam a nossa vida como cidadão. À minha querida mãe, Maryluce Sá Reis, pelos valores e ideais que me ensinou desde criança.

## Referências

ARAÚJO, Ulisses. F. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 84 p.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?**. Disponível em: < <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm> > Acesso em: 16 de jul. de 2015.

DIAS, Adelaide Alves. **A escola como espaço de socialização da cultura em Direitos Humanos**. Membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. UFP. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antonio Gilli & DIAS, Adelaide Alves. **Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos – versão preliminar**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.